

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Administração, Finanças e Geração de Valor



Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Administração, Finanças e Geração de Valor



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof^a Dr^a Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^a Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abráão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração, finanças e geração de valor

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração, finanças e geração de valor / Organizador
Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-779-6

DOI 10.22533/at.ed.796210402

1. Administração. I. Silva, Clayton Robson Moreira da
(Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Administração, Finanças e Geração de Valor” é uma obra publicada pela Atena Editora e reúne um conjunto de vinte e cinco capítulos, em que são abordados diferentes temas que permeiam o campo da administração. Compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial, contribuindo para a geração de valor nas organizações.

Nesse contexto, compreendendo a pertinência e avanço dos temas aqui abordados, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, uma vez que concentra estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TAMANHO DA FIRMA, NOVO RELATÓRIO DE AUDITORIA E DESEMPENHO FINANCEIRO

Naiara Leite dos Santos Sant'Ana

Paulo Celso Pires Sant'Ana

DOI 10.22533/at.ed.7962104021

CAPÍTULO 2..... 28

A AUDITORIA À LUZ DO PARADIGMA SISTÊMICO

Adelcio Machado dos Santos

Rubens Luis Freiburger

Daniel Tenconi

Danielle Martins Leffer

Alisson Andre Escher

DOI 10.22533/at.ed.7962104022

CAPÍTULO 3..... 37

ÍNDICE DE DESEMPENHO ECONÔMICO E SUA RELAÇÃO COM A AUDITORIA INDEPENDENTE

Naiara Leite dos Santos Sant'Ana

Paulo Celso Pires Sant'Ana

DOI 10.22533/at.ed.7962104023

CAPÍTULO 4..... 59

AVALIAÇÃO DO GRAU DE MATURIDADE DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO BANCÁRIO EM ANGOLA SEGUNDO A METODOLOGIA COSO

Luzolo João Manuel

Jorge Miguel Ventura Bravo

DOI 10.22533/at.ed.7962104024

CAPÍTULO 5..... 80

APLICAÇÃO DO TERMÔMETRO DE KANITZ NO BRASIL EM EMPRESAS QUE PEDIRAM RECUPERAÇÃO JUDICIAL NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Renato Borges Freitas

Ana Paula Ferreira da Silva

James Anthony Falk

DOI 10.22533/at.ed.7962104025

CAPÍTULO 6..... 96

LA DIRECCIÓN EN LA GESTIÓN DE LAS PYMES DE QUITO

Andrés Palacio-Fierro

Hugo Arias-Flores

DOI 10.22533/at.ed.7962104026

CAPÍTULO 7.....	103
FRANQUIA EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE FRANQUIAS GOIANAS NO OLHAR DO FRANQUEADOR	
Luiz Fernando Gonçalves da Silva Araújo Tereza Cristina Medeiros Pinheiro de Lima Irene Reis Kellen Crystina Pereira dos Reis Vanessa Teles dos Santos Dias	
DOI 10.22533/at.ed.7962104027	
CAPÍTULO 8.....	125
OS ENTRAVES E AS OPORTUNIDADES DAS INDÚSTRIAS SERGIPANAS: UM POSSÍVEL CAMINHO PARA A INOVAÇÃO	
Jorge Luiz Cabral Nunes Jonas Pedro Fabris	
DOI 10.22533/at.ed.7962104028	
CAPÍTULO 9.....	134
INOVAÇÃO EM EMPRESAS FAMILIARES: O CASO DA EMPRESA SORVDELI	
Rozali Araújo dos Santos Everson Franklin Dambroz Ribas Jaciera Treter Sippert	
DOI 10.22533/at.ed.7962104029	
CAPÍTULO 10.....	147
INICIAÇÃO AO EMPREENDEDORISMO	
Adelcio Machado dos Santos Rubens Luis Freiburger Daniel Tenconi Danielle Martins Leffer Alisson Andre Escher	
DOI 10.22533/at.ed.79621040210	
CAPÍTULO 11.....	158
DE BOUTIQUES À POP-UP STORES: NOVOS FORMATOS DE VAREJO DE MODA E NOVAS ESTRATÉGIAS PARA LOJAS DE DEPARTAMENTO	
Valdecir Babinski Júnior Mariana Moreira Carvalho Dulce Maria Holanda Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.79621040211	
CAPÍTULO 12.....	171
ANÁLISE DE FORMAÇÃO DE PREÇO: BUSCA DE RESULTADOS EM UM MERCADO DE BAIRRO	
Daniel Andrei Rodrigues da Silva Luísa Marques	
DOI 10.22533/at.ed.79621040212	

CAPÍTULO 13.....	183
ESTRATÉGIA DE COOPETIÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DOS JOGOS - COOPERATIVAS LÁCTEAS DE MINAS GERAIS	
Nidelson Teixeira Falcão	
Alexandre Teixeira Dias	
Davi Rogério de Moura Costa	
DOI 10.22533/at.ed.79621040213	
CAPÍTULO 14.....	210
ESTRATÉGIA COMO FONTE DE CAPTAÇÃO DE CLIENTES PARA EMPRESA THE WORK FIT ACADEMIA EM TERESINA – PI	
Rafael Levi Vieira de Abreu	
Erick Henrique de Sousa Costa	
José Janielson da Silva Sousa	
Francisco Antônio Gonçalves de Carvalho	
Aníbal da Silva Cantalice	
Jessica Alves da Silva	
José Santana da Rocha	
Stênio Lima Rodrigues	
Wesley Fernandes Araújo	
Luzia Rodrigues de Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.79621040214	
CAPÍTULO 15.....	224
ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA ARTESANAL EQUATORIANA	
Gabriel Arturo Pazmiño Solys	
Washington Marcelo Gallardo Medina	
Santiago Omar Ortiz López	
Edison César Merino Garzón	
Luis Alfredo Morán Macias	
Danny Iván Colcha Guachamin	
DOI 10.22533/at.ed.79621040215	
CAPÍTULO 16.....	236
CAMINHOS FUTUROS: REPENSANDO A MOBILIDADE URBANA SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS	
Anelisa de Assis Campos	
Kreicy Mara Teixeira	
Viviane Santos Pereira	
Ana Lúcia Maria Miranda	
Juliana Costa Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.79621040216	
CAPÍTULO 17.....	246
CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS – FLORIANÓPOLIS/SC: O USO DE	

UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG) NO AUXÍLIO À GESTÃO PÚBLICA

Sarah Toso Mendes

DOI 10.22533/at.ed.79621040217

CAPÍTULO 18.....259

TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A “NOVA” ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: AS REDES SOCIAIS E OS NOVOS DESAFIOS - DIRETRIZES E O PROCESSO NORTEADOR PARA A FANPAGE DA PREFEITURA DE BRUSQUE

João Paulo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.79621040218

CAPÍTULO 19.....275

O GASTO PÚBLICO INFLUENCIA O CRESCIMENTO ECONÔMICO OU É O CRESCIMENTO ECONÔMICO QUE INFLUENCIA O GASTO PÚBLICO? ESTUDO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Mateus Rodarte de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.79621040219

CAPÍTULO 20.....288

ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIAM NA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA

José Mário Bispo Sant'Anna

Luiz Fernando Dalmonch

Francisco José de Oliveira Andrade

Gildo Rodrigues da Silva

DOI 10.22533/at.ed.79621040220

CAPÍTULO 21.....315

ESTADOS UNIDOS VERSUS CHINA FRENTE A LOS DESAFÍOS FISCALES DE LA OCDE Y EL G-20 EN EL E-COMMERCE

Antonio Faúndez-Ugalde

Rafael Mellado-Silva

María Blanco Lobos

DOI 10.22533/at.ed.79621040221

CAPÍTULO 22.....326

AÇÕES PARA DESENVOLVER O TURISMO SOCIAL EM UMA ORGANIZAÇÃO DE TERCEIRO SETOR NA CIDADE DE PETROLINA-PE

Maria Evilene de Souza Landim

Ítalo Anderson dos Santos Araújo

DOI 10.22533/at.ed.79621040222

CAPÍTULO 23.....339

LA AGRICULTURA DE SUBSISTENCIA EN EL CANTÓN LOJA-PROVINCIA DE LOJA-ECUADOR, 2016

Victor Eduardo Chinín Campoverde

Mayra Tatiana González Román

Franco Eduardo Hidalgo Cevallos

María Isabel Ordóñez Hernández

Fanny Yolanda González Vilela
Eduardo José Martínez Martínez
Ignacia Luzuriaga Granda
Ricardo Miguel Luna Torres

DOI 10.22533/at.ed.79621040223

CAPÍTULO 24.....357

**PRÁTICA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO: GESTÃO DE COMPETÊNCIAS OU
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS?**

Edilaine de Azevedo Vieira

Lidiane do Prado Reis

Helena de Fátima Nunes Silva

DOI 10.22533/at.ed.79621040224

CAPÍTULO 25.....367

QUALIDADE DE VIDA NAS ORGANIZAÇÕES

Tuani Carla Fuzati

Carolina Mamede Pereira

DOI 10.22533/at.ed.79621040225

SOBRE O ORGANIZADOR.....381

ÍNDICE REMISSIVO.....382

ESTADOS UNIDOS VERSUS CHINA FRENTE A LOS DESAFÍOS FISCALES DE LA OCDE Y EL G-20 EN EL *E-COMMERCE*

Data de aceite: 01/02/2021

Antonio Faúndez-Ugalde

Pontificia Universidad Católica de Valparaíso
(Chile)
<https://orcid.org/0000-0002-8468-3042>

Rafael Mellado-Silva

Pontificia Universidad Católica de Valparaíso
(Chile)
<https://orcid.org/0000-0002-6143-2929>

María Blanco Lobos

Pontificia Universidad Católica de Valparaíso
(Chile)
<https://orcid.org/0000-0002-0547-9175>

RESUMEN: El presente artículo analiza los enfoques opuestos que se han evidenciado entre Estados Unidos y China en el comercio digital o *e-commerce*, intensificados con los últimos eventos que hacen referencia a una guerra comercial entre ambas naciones, para posteriormente explicitar cómo dicha disputa ha trascendido e impactado en los lineamientos normativos fiscales propuestos por la OCDE y el G-20, organismos que han orientado sus esfuerzos en lograr encontrar un consenso internacional respecto a las normas de tributación en la economía digital. Estados Unidos se ha posicionado en el comercio digital de servicios, donde seis de las diez empresas de internet más importantes del mundo son compañías estadounidenses; en cambio, China ha puesto énfasis en el comercio tradicional

de bienes físicos a través de transacciones materializadas por internet. Así, para el estudio será esencial comenzar con un detallado análisis sobre el enfoque tanto de Estados Unidos como de China y las medidas jurídicas que cada uno de ellos ha adoptado frente al *e-commerce*, para luego contrastar estas posiciones con los informes emitidos por la OCDE y el G-20. Considerando lo anteriormente expuesto, la presente investigación plantea como hipótesis que el conflicto comercial entre Estados Unidos y China ha impactado directamente en la normativa internacional que se busca instaurar al alero de la OCDE y del G-20, con relación al *e-commerce*. Los resultados confirman que la posición de Estados Unidos frente a la OCDE y el G-20, ha sido apoyar la deslocalización de beneficios, orientada a buscar una solución con relación a aquellas jurisdicciones que tienen una baja o nula tributación, permitiendo establecer reglas de interbloqueo para reforzar la capacidad impositiva de aquellos que realizan operaciones a nivel de *e-commerce*.

PALABRAS CLAVES: *E-commerce*, economía digital, impuestos, OCDE, plataformas de internet.

1 | INTRODUCCIÓN

Hoy, en los países con alto desarrollo tecnológico, tales como Japón, Estados Unidos y los de la Euro Zona, la economía digital es del orden de 7% al 8% del PIB, y hacia fines de esta década se prevé un 12% (Lever, Yukich y Cruz, 2016, p. 6). Esta expansión del comercio

internacional ha sido impulsada en gran parte por la irrupción de plataformas digitales, herramientas que han permitido que los consumidores puedan acceder a bienes y servicios, tangibles e intangibles, de la más variada índole, siendo vendidos o prestados a través del comercio electrónico o digital. El comercio electrónico ha sido definido como “la entrega de productos y servicios a través de internet por parte de empresas de cualquier sector de la industria, y de productos asociados, como teléfonos inteligentes y sensores conectados a internet” (Fefer et al., 2017, p. 1). Dichas transacciones en el comercio digital pueden ser entre empresas (*business to business* o *B2B*); entre empresa y consumidor (*business to consumers* o *B2C*); entre empresa y la administración (*business to administrations* o *B2A*); entre empresa y los empleados (*business to employee* o *B2E*), o entre consumidores (*consumer to consumer* o *C2C*). Así, el desarrollo tecnológico se ha constituido en la cuarta revolución industrial, fenómeno que habría comenzado al inicio de este siglo y se caracterizaría por un internet más ubicuo y móvil, por sensores más pequeños y potentes que son cada vez más baratos, y por la inteligencia artificial y el aprendizaje de la máquina (Schwab, 2016, p. 5).

Si bien los mercados mundiales se han visto beneficiados por las nuevas tecnologías, especialmente, en la reducción de costos de recopilación de información (Bardopoulos, 2015, p. 29; Nattrass et al., 2003, p. 309), en el ámbito del derecho tributario, los efectos han impactado negativamente en la recaudación fiscal (Agrawal, 2017; Bacache-Beauvallet y Bloch, 2018; Bacache-Beauvallet, 2018; Belleflamme y Toulemonde, 2018; Bourreau et al., 2018; Bloch y Demange, 2018) y el costo de implementación de sistemas fiscales electrónicos (Yilmaz y Coolidge, 2013; Banco Mundial, 2016, p. 17), dando paso a una evasión tributaria que los países han intentado regular de manera unilateral, generando casos de doble tributación internacional que afecta principios constitucionales de cada Estado.

La Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) y el Grupo de los 20 (G-20¹), se han constituido en las entidades más importantes a nivel mundial en generar grupos de trabajos destinados a lograr un consenso internacional común frente a las normas de fiscalidad en la economía digital. Históricamente, las instrucciones de la OCDE se han constituido en verdaderas guías de interpretación jurídica como una forma de solucionar los conflictos normativos frente a la doble tributación que pueda experimentar un contribuyente. Faúndez-Ugalde (2018, p. 164) indica que los comentarios o informes elaborados en el seno de la OCDE, si bien no son jurídicamente vinculantes para un país, en su redacción han participado representantes de los Estados miembros de dicha entidad, constituyendo, en consecuencia, fuente de interpretación jurídica de un convenio de acuerdo con lo señalado en el artículo 31 de la Convención de Viena sobre derecho de los tratados. Según esta última disposición, los tratados deben interpretarse de buena fe

1. El grupo de los 20 (G-20) está compuesto por las principales economías del mundo, esto es, la Unión Europea, Alemania, Arabia Saudita, Argentina, Australia, Brasil, Canadá, China, Corea del Sur, Estados Unidos, Francia, India, Indonesia, Italia, Japón, México, Reino Unido, Rusia, Sudáfrica y Turquía.

conforme al sentido corriente que haya de atribuirse a los términos en el contexto de este y teniendo en cuenta su objeto y fin, esto es, se debe considerar toda práctica ulteriormente seguida en la aplicación de un tratado. Ejemplo de lo anterior se puede mencionar el caso de países como Canadá e Inglaterra, en donde la jurisprudencia ha aceptado los comentarios de la OCDE como guía para la interpretación de los convenios, como ocurrió en el caso *Cudd Pressure Control Inc con The Queen*, en el que la Corte canadiense sostuvo que “los comentarios de la OCDE, por lo tanto, pueden proveer alguna asistencia para discernir el contexto legal que anteceden a las convenciones de doble tributación en el derecho internacional” (Rohatgi, 2008, p. 104). El mismo criterio declaró la Corte inglesa en el caso *Sun Life Assurance of Canada con Pearson*: “Es común [...] que se haga referencia a los comentarios como guía para la interpretación del tratado” (Rohatgi, 2008, p. 105). La International Fiscal Association (IFA) indicó que, aun no siendo legalmente vinculables para los Estados contratantes, pues no forman parte de los convenios de doble imposición firmados por los Estados, los comentarios adquieren una fuerza considerable cuando las cláusulas de los convenios se conforman de acuerdo con los postulados del modelo de convenio (García, 1996, p. 92).

Considerando lo anterior, los trabajos desarrollados por la OCDE con relación a la economía digital son de suma importancia en el establecimiento de una regulación común internacional, cuyos alcances interpretativos pueden tener un impacto negativo como consecuencia de la política y las relaciones internacionales entre los países, como se pretende comprobar en este trabajo con relación al conflicto entre Estados Unidos y China.

Así, en el año 2013, la OCDE presentó un plan de acción denominado *Erosión de la base imponible y traslado de beneficios* (BEPS, por sus siglas en inglés), que cuenta con quince áreas estratégicas de trabajo, creadas para combatir la disminución o erosión de la base imponible a través de conductas evasivas, y para garantizar que los beneficios se gravan allí donde se realizan las actividades económicas que los generan y donde se crea valor (OCDE, 2014a, p. 3). Precisamente, la acción 1 BEPS aborda los desafíos de la economía digital para la tributación de las empresas multinacionales. Sin embargo, los últimos informes presentados en los años 2018 y 2019, dejan en evidencia que los países se han dividido en dos pilares normativos, en donde uno de ellos ha sido encabezado por Estados Unidos. Aquí radica la problemática a desarrollar, esto es, establecer los alcances del enfoque estadounidense como principal opositor al comercio desarrollado por China y cómo ha incidido en el marco normativo que intenta unificar la OCDE y el G-20.

Considerando lo anterior, la hipótesis a validar consiste en que el conflicto comercial entre Estados Unidos y China ha impactado directamente en los pilares normativos desarrollados al alero de la OCDE y del G-20 con relación al *e-commerce*. Así, para el estudio será esencial desarrollar el enfoque tanto de Estados Unidos como de China y las medidas que cada uno de ellos ha adoptado frente al *e-commerce*, para luego contrastar estas posiciones con los informes emitidos por la OCDE y el G-20.

21 ESTADOS UNIDOS VERSUS CHINA

La guerra comercial entre Estados Unidos y China ha sido declarada desde el año 2018. El conflicto se centra en los aranceles que las dos potencias han instaurado, provocado una disminución del comercio y una desconfianza en los mercados financieros, perturbando las cadenas de suministro mundiales y pone en peligro la recuperación prevista del crecimiento mundial al término del 2019 (Cerutti et al., 2019) y, también, para el año 2020 de acuerdo con las últimas declaraciones de la directora gerente del Fondo Monetario Internacional (Pozzi, 2019). Vaswani (2019) señala que tres serían las barreras comerciales que aún no superan estas dos potencias: primero, Estados Unidos sostiene que China concede subsidios a sus empresas estatales posicionándolas en competencia directa con las empresas estadounidenses; segundo, China ya ha incomodado a Estados Unidos en sectores claves como el aeroespacial, el de semiconductores o la red 5G, y, tercero, Estados Unidos acusa a China de robar propiedad intelectual de empresas estadounidenses, forzándolas a transferir tecnología a China. Así, entonces, el aumento de las barreras comerciales podría perturbar las cadenas de suministro mundiales y frenar la expansión de nuevas tecnologías (Cerutti et al., 2019).

Gao (2018, p. 319) indica que las empresas estadounidenses son, en su mayoría, proveedores de servicios relacionados con la búsqueda en línea, redes sociales o contenido; así, entre las diez empresas de internet más importantes del mundo, seis son compañías estadounidenses como Amazon, Alphabet (Google), Facebook, Priceline, Ebay, Netflix, mientras que las cuatro restantes son compañías chinas, incluidas JD.com, Tencent, Alibaba, Baidu. Esto ha llevado a Estados Unidos a mantener más participación en los acuerdos internacionales relacionados con el *e-commerce*, desde el Acuerdo de Comercio de Servicios (TISA, por sus siglas en inglés) (Škoba, 2013) hasta su ingreso, en el año 2016, en la agenda de negociación del comercio digital ante la Organización Mundial de Comercio (OMC). Sin embargo, comparativamente, China ha fortalecido su posición tecnológica en general, teniendo como principal objetivo al 2045 de liderar la innovación global. En esta línea en China, cada año, se gradúan cinco veces más estudiantes en STEM (ciencia, tecnología, ingeniería y matemáticas) que en Estados Unidos; en 2018, China ya superó a Estados Unidos en gasto en innovación y desarrollo (I+D) y en publicaciones científicas (STM Report); desde hace 5 años, China es el país que registra más patentes; cada año, China produce 30 mil doctores en materias científicas y tecnológicas; hace 10 años, China desarrollaba el 1% de las transacciones globales de *e-commerce* y hoy es el 42% y procesa 11 veces más pagos móviles que Estados Unidos (Rosales, 2018).

Estados Unidos ha formulado sus propuestas sobre el comercio digital considerando los siguientes aspectos: recomienda el libre movimiento de información, salvo en lo que se refiere a los servicios financieros; plantea libertad de acceder y utilizar los servicios y aplicaciones de su elección, excluyendo las prácticas razonables de administración de red,

así como aquellos diseñados para evitar daños en la red; prohibición a los países para requerir que los proveedores de servicios almacenen o procesen datos en el territorio del país anfitrión como condición para suministrar un servicio o invertir, y fomentar la adopción de la autenticación electrónica y las firmas electrónicas.

En cambio, las propuestas de China se ocupan mayormente del comercio de bienes, incluso cuando se mencionan los servicios, se caracterizan como auxiliares que ayudan a facilitar el comercio de bienes. Jack Ma, el fundador de Alibaba, en febrero de 2016, llevó a cabo la propuesta “e-WTP” o *Electronic World Trade Platform*, para enfatizar que su objetivo era construir una plataforma en lugar de una organización. La propuesta estaba orientada a respaldar el concepto de la plataforma electrónica de comercio mundial (eWTP), una iniciativa de todos los interesados dirigida por el sector privado, como un vehículo para el diálogo público privado que puede incubar las reglas para fomentar el comercio electrónico (B-20, 2016).

China hizo su primera presentación sobre comercio electrónico en la OMC en noviembre de 2016, declarando que su finalidad solamente era aclarar y mejorar las reglas comerciales multilaterales existentes a la fecha, a diferencia de Estados Unidos que sus propuestas van más allá de los estrechos límites del marco regulatorio de la OMC, generando una influencia en los últimos informes de la OCDE y del G-20, como veremos a continuación.

3 I IMPACTO EN LOS PILARES NORMATIVOS DE LA OCDE Y DEL G-20

En el año 1997 fue celebrada en Turku, Finlandia, la conferencia titulada *Eliminación de barreras al comercio electrónico mundial*, en la que los representantes de gobiernos y empresas se reunieron para debatir de manera informal sobre los retos planteados por el comercio electrónico internacional a los sistemas tributarios (OCDE, 2002, p. 3). Luego, a menos de un año, se llevó a cabo la conferencia de Ottawa, publicándose el marco normativo sobre tributación fiscal del comercio electrónico y recibiendo la OCDE los votos de confianza para coordinar y continuar llevando a cabo este trabajo. Así, en esta última conferencia se declaró que los principios que regulaban el comercio convencional también debían ser aplicados al comercio electrónico. Estos principios jurídicos –que configuraron el denominado *Marco tributario*– son los siguientes: neutralidad, eficiencia, certeza y simplicidad, efectividad y justicia, y flexibilidad (OCDE, 2002, p. 4).

En el año 2013, a instancia de los países miembros del G-20, la OCDE publicó un plan de acción BEPS, estructurado en 15 acciones. La acción 1 consistió en identificar las principales dificultades que planteaba la economía digital, para la aplicación de las normas de fiscalidad internacional y desarrollar opciones detalladas para abordar estas dificultades, con un enfoque holístico y considerando tanto la imposición directa como la indirecta (OCDE, 2014b, p. 33).

En septiembre de 2013 se creó el grupo de expertos sobre fiscalidad de la economía digital (GEFED), como un órgano auxiliar al comité de asuntos fiscales de la OCDE, cuya principal tarea fue elaborar un informe destinado a identificar los problemas planteados por la economía digital y sus posibles soluciones. El GEFED dejó en claro que los principios jurídicos que formaron parte del marco tributario de la conferencia de Ottawa del año 1998, siguen siendo un importante referente hoy día y, reforzados en su caso, pueden constituir la base para valorar las posibles opciones con miras a afrontar los desafíos fiscales de la economía digital (OCDE, 2014a, p. 31).

El informe final del plan de acción BEPS del año 2015, en lo que respecta a la acción 1, no recoge todas las soluciones previamente generadas en el informe GEFED del 2014. Así, el documento únicamente adopta como cambios la modificación de la lista de excepciones a la definición de establecimiento permanente y sostener el criterio antifragmentación de las operaciones entre entidades del mismo grupo. De esta manera, el informe recomendó que las decisiones definitivas debían ser reflejadas en un informe final a entregarse el año 2020, generándose un informe provisional en el año 2018, el que parte de la base de que, a la fecha, aún no existe consenso respecto de la adopción de la serie de medidas tendientes a hacer frente a los desafíos fiscales derivados de la economía digital (OCDE, 2018, p. 174).

El informe del 2018 realiza una clasificación de las distintas posturas asumidas por los países. Un primer grupo, se muestra contrario a la aplicación de acciones que modifiquen el actual marco normativo de fiscalidad en materia digital. A estos países, les acomoda la actual regulación ya que se han convertido en jurisdicciones de destino de empresas digitales. Un segundo grupo, considera que es menester adoptar medidas no necesariamente modificando las reglas de fiscalidad en materia digital, pero con la salvedad de aplicar los principios jurídicos de tributación tomando como consideración fundamental el valor de los datos y la participación del usuario. Un tercer grupo, en el que se encuentra Estados Unidos, sostiene que todo cambio o modificación en las reglas de fiscalidad internacional debe aplicarse con carácter generalizado a toda la actividad económica, pues se estima que la digitalización de la economía es un cambio general que afecta a la economía en su conjunto, y no únicamente a los negocios más digitalizados.

En el marco de la nueva fase de trabajo posterior al informe provisional emitido el año 2018, la OCDE emitió en enero de 2019 una nota guía que ha implicado una verdadera revolución en cuanto al reconocimiento de propuestas concretas en materia de tributación en la economía digital. Así, en febrero de 2019, la OCDE publicó un documento de consulta titulado *Addressing the tax challenges of the digitalization of the economy*, el que fue sometido a consulta pública en marzo del mismo año.

Estas propuestas parecen provenir del grupo de estados cuyas jurisdicciones han resultado más desfavorecidas a causa de la baja tributación por parte de empresas altamente digitalizadas, en desmedro, no solo de los estados afectados, sino también

respecto a empresas que desarrollan el comercio convencional o tradicional. El comunicado de la OCDE establece que las propuestas se basan en dos pilares: uno, el nexo y atribución de resultados, y, dos, pilar orientado a la deslocalización de beneficios.

Con el primer pilar se busca generar la atribución de poderes tributarios a la jurisdicción donde se genera valor sea por la participación del usuario en el proceso creador, atendiendo el lugar de inversión de los intangibles de comercialización y la presencia significativa. Actualmente, la OCDE ha unificado el primer pilar en el sentido de que sea aplicada a sujetos pasivos determinados, permitiendo gravar los resultados de la actividad digital. La propuesta de la OCDE se orienta a gravar a todos los sujetos pasivos que generen negocios destinados a los consumidores, considerando la presencia significativa que tengan dichos sujetos pasivos. La dificultad se puede presentar en la forma de cálculo de las ganancias residuales que se generen en una jurisdicción de mercado y, una vez determinada, se tendría que definir la forma de reparto de dicha ganancia residual entre los mercados participantes.

El segundo pilar busca establecer una tributación mínima o negando beneficios de los tratados si el beneficiario está sujeto a nula o baja tributación. Se busca evaluar incentivos fiscales que pueden ser innecesarios para atraer inversiones. Según plantea Ortega (2019), el segundo pilar sería fuertemente influenciado por las últimas reformas fiscales en Estados Unidos, destinado a reforzar la capacidad impositiva de los países en aquellos casos en los que la otra jurisdicción aplique tipos impositivos reducidos sobre los beneficios en cuestión. Conforme con lo anterior, las medidas serían dos: una norma que facultase al Estado-fuente a gravar a sujetos con baja tributación en el Estado-residencia; y viceversa, una regla que negase la deducibilidad de gastos generados por pagos a personas o entidades situadas en territorios considerados de baja tributación.

El pilar dos tiene cuatro reglas contradictorias entre ellas. La primera, estaría orientada a que si las empresas tiene sucursales extranjeras y no han pagado una carga tributaria mínima de impuesto, el país de residencia cobrará el diferencial. El segundo es el denominado *Switch-over* el cual permite modificar el método de exención para que pueda ser gravado en el país de la residencia en el evento de que el país de la fuente no grave con impuestos. La tercera, implica que el país de la fuente niega una deducción si el pago no estuvo gravado a una tasa mínima en el país de la residencia. La cuarta regla, denominada *subject-to-tax*, estaría orientada a un gravamen en el país de la fuente si el ingreso no estuvo sujeto a una tributación mínima en el país de la residencia. De estas cuatro reglas primó, a fines del año 2019, la primera de las reglas mencionadas, pero manteniendo cuestionamientos en cuanto a la forma de determinación.

En octubre de 2020, la OCDE ha emitido un nuevo reporte cuyas conclusiones estiman que las ganancias de ingresos combinadas de ambos pilares serán en general similares, como parte de los ingresos actuales del impuesto de sociedades, en jurisdicciones de ingresos bajos, medios y altos. Sin embargo, también indica que es probable que la

crisis del COVID-19 reduzca las ganancias de ingresos esperadas del pilar uno y del pilar dos al menos a corto plazo, ya que la crisis pesa sobre la rentabilidad de muchas empresas multinacionales, a pesar de que algunas de ellas, con uso intensivo digital, han logrado sostener o mejorar su rentabilidad desde el inicio de la crisis.

Ahora bien, teniendo en cuenta que ha sido el segundo pilar donde Estados Unidos ha marcado mayor presencia para defender sus intereses, también ha establecido una clara línea en la formulación de cuestionamiento en contra de países como China. Así, Estados Unidos plantea que China al conceder subsidios a sus empresas estatales para competir internacionalmente, genera injusticia porque las firmas foráneas que tratan de competir con éstas en el país asiático no tienen las conexiones o la escala necesaria en un mercado básicamente cerrado en el que se requiere de un socio local para operar (Vaswani, 2019).

Es claro que el objetivo de Estados Unidos es establecer un marco normativo destinado a proteger su economía local, generando barreras arancelarias que mayormente han ido en contra de China y que ha impactado en el *e-commerce*. Prueba de ello ha sido la incomodidad alegada por Estados Unidos en sectores claves como la red 5G, argumentando que Huawei estaría compitiendo en forma desleal por liderar las nuevas TICs, quien habría utilizado dolosamente a bancos estadounidenses para financiar a Irán para comprar equipos de Huawei (Agosin, 2018). Esto llevó, recientemente, a que el Departamento de Comercio de Estados Unidos ingresara a Huawei a una lista de compañías con las que las empresas estadounidenses no pueden negociar a menos que tengan una licencia especial, afectando la relación de esta empresa china con Google.

Así, estos antecedentes comprueban que las políticas públicas que ha desarrollado Estados Unidos han tenido impacto directo en el ordenamiento jurídico internacional y, por lo tanto, en la interpretación y aplicación del derecho. En tal sentido, las medidas unilaterales establecidas por Estados Unidos pueden incidir en la interpretación jurídica internacional, afectando, incluso, los acuerdos internacionales vigentes entre los Estados, en especial, aquellos que han ratificado la Convención de Viena sobre derecho de los tratados.

4 | CONCLUSIONES

La guerra comercial entre Estados Unidos y China ha generado impacto en los últimos informes emitidos por la OCDE y el G-20, destinados a lograr un acuerdo normativo internacional común con relación a la tributación en el *e-commerce*. Así, la posición de Estados Unidos ha sido clara en apoyar el pilar sobre la deslocalización de beneficios, el que está orientado a buscar una solución con relación a aquellas jurisdicciones que tienen una baja o nula tributación en el *e-commerce*, estableciendo reglas de interbloqueo para reforzar la capacidad impositiva. Sin embargo, Estados Unidos ya ha aplicado unilateralmente reglas sustentadas en el cuestionamiento de que China concede subsidios injustos a sus empresas, lo que ha incidido en el marco normativo internacional que intenta

instaurar la OCDE y el G-20, como se reflejan en los últimos informes de estos últimos organismos. Lo anterior también se aprecia con el desarrollo de la red 5G, en donde Estados Unidos ha impuesto unilateralmente a sus empresas la limitante de negociar con la empresa Huawei a menos que tenga una licencia especial. Si bien los hechos anteriores forman parte de las políticas públicas que ha desarrollado Estados Unidos en el ámbito de la tributación, los mismos se pueden constituir en fuente de interpretación jurídica de acuerdo con lo señalado en el artículo 31 de la Convención de Viena sobre derecho de los tratados.

Por lo tanto, las medidas unilaterales que ha adoptado Estados Unidos en bloquear a países como China, no es más un reflejo de su clara intención de estatuir a nivel OCDE y del G-20, una norma internacional que faculte al Estado-fuente a gravar beneficios sujetos a baja tributación en el Estado-residencia, o bien, una regla que negase la deducibilidad de gastos generados por pagos a personas o entidades situadas en territorios considerados de baja tributación.

REFERENCIAS

AGOSIN, MANUEL. “Guerra comercial”. *Revista Económica&Administración*, N° 173, 2018. págs. 6-9.

AGRAWAL, DAVID. “The Internet as a Tax Haven? The Effect of the Internet on Tax Competition”. 2017 Disponible en SSRN: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2328479>

B-20, BUSSINES 20. “Towards an Innovative, Invigorated, Interconnected & Inclusive World Economy: B20 2016 Policy Recommendations to the G20”. 2016. Disponible en: <http://en.b20-china.org/documents/doc/1/2>.

BACACHE-BEAUVALLET, MAYA. “Tax competition, tax coordination, and e-commerce”. *Journal of Public Economic Theory*, vol. 20, n° 1, pp. 100–117. DOI:10.1111/jpet.12254

BACACHE-BEAUVALLET, MAYA Y FRANCIS BLOCH. “Special issue on taxation in the digital economy”. *Journal of Public Economic Theory*, vol. 20 n°1, 2018. págs. 5-8. DOI:10.1111/jpet.12285.

BANCO MUNDIAL. “World development report 2016: Digital dividends”. Washington D.C.: World Bank. 2016.

BARDOPOULOS, ANNE. “eCommerce and the effects of technology on taxation”. 2015. Disponible en Springer: DOI: 10.1007/978-3-319-15449-7.

BELLEFLAMME, PAUL Y ERIC TOULEMONDE. “Tax incidence on competing two-sided platforms”. *Journal of Public Economic Theory*. vol. 20 n° 1, 2018. págs. 9–21. DOI:10.1111/jpet.12275.

BLOCH, FRANCIS Y GABRIELLE DEMANGE. “Taxation and privacy protection on Internet platforms”. *Journal of Public Economic Theory*, vol. 20 n° 1, 2018. págs. 52–66. DOI:10.1111/jpet.12243.

BOURREAU, MARC, BERNARD CAILLAUD Y ROMAIN DE NIJS. "Taxation of a digital monopoly platform". *Journal of Public Economic Theory*, vol. 20, n° 1, 2018. págs. 40–51. DOI:10.1111/jpet.12255.

CERUTTI, EUGENIO, GITA GOPINATH Y ADIL MOHOMMAD. "Los efectos de las tensiones comerciales entre Estados Unidos y China, Fondo Monetario Internacional". 2019. disponible en <https://blog-dialogoafondo.imf.org/?p=11232>.

FAÚNDEZ-UGALDE, ANTONIO. "El problema del concepto actual de establecimiento permanente en los convenios de doble tributación internacional frente a los nuevos desafíos fiscales en la economía digital". *Revista Chilena de Derecho y Tecnología*, vol. 7 n° 1, 2018, págs. 155-173. DOI: 10.5354/0719-2584.2018.48223.

FAÚNDEZ-UGALDE, ANTONIO Y MARÍA BLANCO. "Establecimientos permanentes: aspectos tributarios". Santiago: Librotecnia. 2009.

FAÚNDEZ-UGALDE, ANTONIO. "Los establecimientos permanentes y el comercio internacional desarrollado en forma electrónica: ¿Una adecuación conceptual en los convenios de doble tributación internacional?". *Revista Jurídica Unicuritiba*, vol. 4 n° 37, págs. 6-33. 2014. Disponible en <http://bit.ly/2JH0bvZ>.

FEFER, RACHEL, SHAYERAH AKHTAR Y WAYNE MORRISON. "Digital Trade and U.S. Trade Policy". CRS Report for Congress, R44565. 2017. Disponible en <https://fas.org/sgp/crs/misc/R44565.pdf>.

FONROUGE, CARLOS. "Derecho financiero". Buenos Aires: Depalma. 1997.

GAO, HENRY. "Digital or Trade? The Contrasting Approaches of China and US to Digital Trade". *Journal of International Economic Law*, vol. 21 n° 2, 2018. págs. 297-321. DOI: 10.1093/jiel/jgy015.

GARCÍA, FRANCISCO. "El establecimiento permanente, análisis jurídico tributario internacional de la imposición societaria". Madrid: Tecnos. 1996.

LEVER, GEORGE, YERKA YUKICH Y MARÍA CRUZ. "La economía digital en Chile". Santiago: Centro de Estudios de la Economía Digital Cámara de Comercio de Santiago. 2016.

MASSONE, PEDRO. "Principios de derecho tributario". Valparaíso: Edeval. 1979.

NATTRASS, NICOLI, JEREMY WAKEFORD Y SAMSON MURADZIKWA. "Macroeconomics theory and policy in South Africa". South Africa: David Philip. 2003.

OCDE, ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICOS. "Taxation and electronic commerce, implementation of the Ottawa taxation framework conditions". París: OECD Publishing. 2002. DOI: <http://www.oecd.org/ctp/administration/2673607.pdf>.

OCDE, ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICOS. "Cómo abordar los desafíos fiscales de la economía digital". París: OECD Publishing. 2014a.

OCDE, ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICOS. "Plan de acción contra la erosión de la base imponible y el traslado de beneficios". 2014b Disponible en: <https://doi.org/10.1787/9789264207813-es>.

OCDE, ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICOS. “Tax Challenges Arising from Digitalisation – Interim Report 2018, Inclusive Framework on BEPS”. OECD Publishing. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264293083-en>.

ORTEGA, MARIO. “Economía digital: la OCDE plantea tributar allí donde se crea el valor o aplicar un impuesto mínimo mundial”. 2019. Disponible en: <https://amp.expansion.com/blogs/garrigues/2019/02/12/economia-digital-la-ocde-plantea.html>.

POZZI, SANDRO. “Lagarde urge a terminar de inmediato la tensión por la guerra arancelaria”. El País (5 de junio de 2019), disponible en: https://elpais.com/economia/2019/06/05/actualidad/1559738146_801527.html.

SCHWAB, KLAUS. “La cuarta Revolución Industrial”. Barcelona: Editorial Debate. 2016

ŠKOKA, LAINE. “Opening negotiations on a plurilateral Trade in Services Agreement (TiSA)”. Library of the European Parliament. 2013. Disponible en: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/bibliotheque/briefing/2013/130582/LDM_BRI\(2013\)130582_REV1_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/bibliotheque/briefing/2013/130582/LDM_BRI(2013)130582_REV1_EN.pdf).

ROHATGI, ROY. “Basic international taxation”. Londres: Legis. 2008.

ROSALES, OSVALDO. “El conflicto económico Estados Unidos-China”. Revista Económica&Administración, N° 173, 2018. págs. 10-14. Disponible en: [http://www.fen.uchile.cl/uploads/images/files/revista_173\(2\).pdf](http://www.fen.uchile.cl/uploads/images/files/revista_173(2).pdf).

VASWANI, KARISHMA. “Guerra comercial: 3 cosas en las que China y Estados Unidos nunca se podrán de acuerdo”. BBC. 2019. disponible en: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-46830998>.

YILMAZ, FATI H Y JACQUELINE COOLIDGE. “Can e-filing reduce tax compliance costs in developing countries?”. *Policy Research Working Paper*, 6.647: 2013. Págs. 1-57. DOI: 10.1596/1813-9450-6647.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 192, 195, 225, 226, 227, 228, 230, 234, 235, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356

Auditoria 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 61, 65, 66, 67, 70, 71, 76, 78, 115, 381

Auditoria Externa 3, 8, 23, 25, 43, 55, 59, 71

Auditoria Independente 3, 9, 10, 22, 25, 26, 27, 37, 39, 42, 52, 53, 58

B

Boutiques 158, 159, 162, 166, 168

Branqueamento de Capitais 59, 64

Brasil 5, 6, 9, 15, 17, 21, 22, 23, 27, 33, 35, 39, 41, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 105, 106, 107, 111, 112, 113, 116, 118, 121, 123, 124, 128, 129, 131, 135, 150, 165, 187, 192, 193, 194, 195, 196, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 212, 213, 223, 235, 258, 262, 264, 270, 273, 276, 281, 285, 287, 288, 289, 290, 291, 295, 296, 297, 300, 305, 309, 310, 311, 312, 316, 338, 341

C

Captação de Clientes 210, 211, 212, 213, 216

Cemitério São Francisco de Assis 246

Cibersegurança 59, 75

Competitividade 39, 123, 125, 131, 132, 135, 157, 166, 183, 184, 185, 195, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 209, 211, 214, 372, 374, 375

Compliance 59, 61, 65, 70, 76, 325

Comunicação 6, 259, 269, 271, 273, 326, 329, 336, 338

Comunicação Pública 259, 269, 270, 271, 273

Conhecimento 14, 17, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 69, 83, 103, 104, 107, 110, 113, 114, 122, 123, 127, 131, 138, 147, 149, 152, 156, 159, 168, 172, 177, 181, 186, 213, 215, 220, 239, 242, 244, 246, 253, 330, 337, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 378

Contabilidade 1, 2, 5, 8, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 35, 37, 40, 42, 53, 54, 56, 57, 58, 64, 85, 95, 124, 140, 171, 181, 182, 183, 298

Controlo Interno 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

Cooperativas Lácteas 183

COSO 22, 59, 61, 62, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73

Crescimento Econômico 151, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 286, 288, 289, 290, 291, 292,

293, 294, 295, 296, 304, 305, 307, 309, 310, 311, 314

Cualitativo 339

Cuantitativo 99, 339

D

DEA 37, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 54, 56, 57

Desarrollo Sostenible 224, 233, 354

Desempenho Financeiro 1, 3, 10, 20, 21, 23, 50, 56, 58

Desenvolvimento Sustentável 194, 236, 238, 245

Despesa Pública 275, 276, 277, 278, 279, 281, 283, 285, 309

Dirección Empresarial 96

Dívida Pública 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 305, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314

E

E-Commerce 158, 161, 163, 168, 315, 317, 318, 322, 323

Economia 2, 24, 57, 58, 60, 64, 75, 76, 78, 80, 82, 83, 95, 104, 107, 108, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 140, 151, 156, 159, 183, 192, 205, 207, 242, 249, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 298, 310, 312, 313, 325

Economía Digital 315, 316, 317, 319, 320, 324, 325

Eficiência Econômica 37, 38, 39, 45, 52, 53

Empreendedorismo 144, 147, 148, 150, 154, 155, 156, 157

Empresas Familiares 58, 134, 135, 136, 139, 143, 144, 145, 146

Estrategia 224, 225, 229, 231, 233, 234

Estratégia de Coopetição 183, 184, 187

Estratégias 34, 68, 70, 84, 124, 131, 135, 141, 151, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 173, 181, 184, 185, 188, 190, 191, 194, 198, 199, 201, 203, 205, 206, 208, 211, 212, 216, 220, 221, 222, 242, 243, 328, 357, 360, 362, 363, 367

Expectativas 105, 111, 112, 114, 119, 120, 121, 214, 215, 224, 233, 373

F

Facebook 126, 259, 262, 265, 267, 268, 269, 272, 273, 318

Fanpage 259, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272

Funciones Administrativas 96

G

Gasto Público 275, 276, 277, 278, 279, 280, 282, 286, 287, 291, 313, 353

Gestão de Competências 357, 358, 359, 361, 362, 363, 364

Gestão de Risco 3, 59, 60, 61, 69, 70, 71, 72, 76

Gestão do Conhecimento 28, 147, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 364, 365

Gestão por Competências 357, 358, 360, 362, 363, 364, 365

Gestão Pública 210, 241, 242, 243, 246, 247, 251, 252, 254, 256, 257, 286

I

Impuestos 315, 321

Índice de Desempenho Econômico 37, 38, 39, 52

Indústria 4.0 125, 131

Industrialização 125, 127

Inovação 60, 64, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 156, 209, 241, 242, 248, 253, 292, 329, 360, 365

Introdução 2, 29, 34, 35, 38, 39, 60, 80, 104, 126, 131, 135, 137, 141, 147, 148, 151, 159, 171, 172, 183, 208, 209, 211, 237, 247, 258, 259, 261, 276, 288, 327, 358, 368, 371, 379

L

Liderazgo 96, 97, 99, 102

Lojas de Departamento 158, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 169

M

Mercado 1, 2, 4, 10, 11, 12, 14, 16, 22, 23, 26, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 52, 53, 56, 58, 64, 71, 80, 81, 82, 84, 85, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 135, 137, 138, 141, 143, 144, 147, 152, 154, 155, 159, 160, 164, 166, 168, 169, 171, 172, 177, 183, 184, 185, 193, 195, 196, 197, 203, 207, 211, 212, 214, 215, 226, 273, 278, 279, 284, 288, 310, 321, 322, 332, 338, 347, 348, 349, 351, 353, 375

Mobilidade Urbana 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245

Motivação 67, 108, 146, 153, 222, 241, 367, 373

Motivación 96, 97, 98, 100, 101

N

Novo Relatório de Auditoria 1, 3, 5, 6, 7, 20, 43, 53

Núcleo Temático 326, 327, 330, 331

O

Organização de Terceiro Setor 326, 328

Organizações 24, 28, 31, 32, 35, 45, 55, 80, 81, 86, 87, 93, 94, 152, 153, 154, 157, 171, 173, 183, 184, 189, 191, 194, 195, 200, 202, 204, 211, 262, 272, 328, 329, 338, 357, 358,

359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 367, 368, 369, 370, 374, 375, 379, 380

P

Paradigma Sistêmico 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36

Parâmetros 339

Pesca Artesanal 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235

PIB 63, 97, 104, 125, 128, 129, 133, 135, 192, 196, 275, 277, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 315

Políticas Públicas 77, 149, 234, 236, 238, 239, 240, 241, 244, 245, 260, 269, 270, 289, 291, 308, 309, 310, 322, 323, 341, 355

Ponto de Equilíbrio 171, 172, 176, 177, 185

Prospectiva 224, 225, 235

PYMES 96, 97, 98, 99, 101, 102

Q

Qualidade da Auditoria 1, 4, 5, 9, 12, 15, 18, 19, 38, 39, 41, 52, 53, 58

Qualidade de Vida 212, 237, 239, 251, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 374, 375, 378, 379, 380

R

Receita Pública 131, 275, 277, 282, 285

Redes Sociais 221, 238, 259, 262, 265, 336

Rendeiras do Vale 326, 327, 331, 332, 336, 337

S

SIG 246, 253, 254, 257

Sistema de Informação 59, 61, 65, 66, 78, 246, 253, 254

Subsistência 340

T

Tecnologia 4, 61, 125, 127, 131, 132, 136, 145, 146, 253, 259, 260, 261, 262, 269, 273, 374, 379, 381

Teoria dos Jogos 183, 185, 188, 189, 190, 204, 205, 206, 208

Teoria dos Sistemas 28, 31, 32, 33

Turismo Social 326, 327, 328, 330, 333, 334, 335, 336, 337, 338

V

Varejo de Moda 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168

Viabilidade 12, 171, 172, 173, 177, 181, 265, 289

Administração, Finanças e Geração de Valor

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Administração, Finanças e Geração de Valor

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 